

# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de

**Psicólogo**

**Classe - R**

Caderno de Prova, Cargo B02, Tipo 001

000000000000000000

00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

<b>P R O V A</b>
<b>Conhecimentos Específicos</b> <b>Língua Portuguesa</b> <b>Legislação</b> <b>Informática</b>

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

<p>1. O <i>Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-IV</i> define os Transtornos Dissociativos como uma perturbação nas funções habitualmente integradas de consciência, memória, identidade ou percepção do ambiente e aponta que a Fuga Dissociativa (300.13) é caracterizada</p> <p>(A) por uma viagem súbita e inesperada para longe de casa ou do local habitual de trabalho, acompanhada por uma incapacidade de recordar o próprio passado e confusão acerca da identidade pessoal ou adoção de uma nova identidade.</p> <p>(B) pela presença de duas ou mais identidades ou estados de personalidade distintos, que assumem recorrentemente o controle do comportamento do indivíduo, acompanhada por uma incapacidade de recordar importantes informações pessoais e demasiadamente extensa para ser explicada pelo esquecimento normal.</p> <p>(C) por um sentimento persistente ou recorrente de estar distanciado dos próprios processos mentais ou do próprio corpo, acompanhado por um teste de realidade intacto.</p> <p>(D) por uma incapacidade de recordar informações pessoais importantes, em geral de natureza traumática ou estressante, demasiadamente extensa para ser explicada pelo esquecimento normal.</p> <p>(E) pela fragmentação da identidade mais do que pela proliferação de personalidades separadas e sua característica predominante é um sintoma dissociativo, que, no entanto, não reúne os critérios para qualquer Transtorno Dissociativo específico.</p>	<p>4. Segundo a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10, a Esquizofrenia hebefrênica (F20.1) inicia</p> <p>(A) entre as idades de 20 e 30 anos, inclui perturbações motoras proeminentes, que podem se alternar entre extremos tais como hipercinesia e estupor ou obediência automática e negativismo, sendo que atitudes e posturas forçadas podem ser mantidas por longos períodos, além de episódios de agitação violenta poderem ser um aspecto notável da condição.</p> <p>(B) entre as idades de 18 e 29 anos, tem seu quadro clínico dominado por delírios relativamente estáveis, com frequência paranóides, usualmente acompanhados por alucinações, particularmente de variedade auditiva e perturbações da percepção, sendo que o afeto está usualmente menos embotado do que em outras variedades de esquizofrenia, porém um grau menor de incongruência é comum, assim como o são perturbações do humor, tais como irritabilidade, raiva repentina, receio e suspeita.</p> <p>(C) entre as idades de 15 e 25 anos, é uma forma de esquizofrenia na qual as mudanças afetivas são proeminentes, os delírios e as alucinações fugazes e fragmentários, o comportamento irresponsável e imprevisível e maneirismos são comuns, sendo que o afeto é superficial, inadequado; o pensamento está desorganizado, o discurso é cheio de divagações e é incoerente, tendendo o indivíduo a permanecer solitário e o comportamento parecendo vazio de propósito e sentimento.</p> <p>(D) após os 35 anos, havendo um desenvolvimento insidioso mas progressivo de conduta estranha, incapacidade para atender as exigências da sociedade e um declínio no desempenho total, sendo que delírios e alucinações não são evidentes e o transtorno é menos obviamente psicótico do que os demais subtipos.</p> <p>(E) antes dos 40 anos, sendo um estágio crônico no desenvolvimento de um transtorno esquizofrênico, no qual houve uma progressão clara de um estágio inicial (compreendendo um ou mais episódios com sintomas psicóticos que satisfazem os critérios gerais para esquizofrenia) para um estágio mais tardio caracterizado por sintomas “negativos” de longa duração, embora não necessariamente irreversíveis.</p>
<p>2. <i>Um instrumento pode ser considerado como qualquer forma de estender nossa ação ao meio e, assim poder minimizar nossas limitações em uma ação investigativa da observação, maximizando a eficácia da obtenção de dados e os seus resultados.</i> No caso da investigação psicológica, denominamos estes instrumentos de</p> <p>(A) testes gráficos.</p> <p>(B) diagnósticos diferenciais.</p> <p>(C) testes de inteligência.</p> <p>(D) diagnósticos psicossociais.</p> <p>(E) testes psicológicos.</p>	<p>5. A interpretação de índices que indicam psicopatologias é proposta pelo Sistema Compreensivo de Exner. Dentre as psicopatologias podemos mencionar duas que fazem parte das tabelas utilizadas para análises baseadas no referido sistema, são elas:</p> <p>(A) demência senil e delírio.</p> <p>(B) paralisia cerebral e hipocondria.</p> <p>(C) psicose e transtorno obsessivo compulsivo.</p> <p>(D) esquizofrenia e depressão.</p> <p>(E) epilepsia e transtorno de déficit de atenção.</p>
<p>3. O Sistema Compreensivo de John Exner, desenvolvido para a sistematização do método de Rorschach, propõe como base para interpretação a</p> <p>(A) organização dos dados de forma qualitativa.</p> <p>(B) organização dos dados em uma Seqüência de Códigos e Sumário Estrutural.</p> <p>(C) avaliação apenas de protocolos com mais de 20 respostas.</p> <p>(D) análise de protocolos produzidos por indivíduos com mais de 18 anos de idade.</p> <p>(E) organização prévia de um Sistema Estatístico Randômico.</p>	<p>6. A utilização de testes gráficos e de personalidade deve ser submetida à consulta</p> <p>(A) prévia ao Manual de Documentos Escritos editado pelo Conselho Federal de Psicologia.</p> <p>(B) dos interessados na avaliação psicológica quando a situação-problema envolver transtornos psicopatológicos.</p> <p>(C) ao ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, para definir os instrumentos psicodiagnósticos que poderão ser utilizados e fornecerão a base interpretativa para a confirmação das hipóteses levantadas.</p> <p>(D) prévia ao Conselho Federal de Psicologia que editou resolução regulamentando a avaliação dos testes psicológicos.</p> <p>(E) prévia à Corregedoria Geral da Justiça, que dispõe sobre o tempo necessário para a aplicação e avaliação dos testes gráficos e de personalidade.</p>

<p>7. Tradicionalmente, as Escalas Wechsler têm sido incluídas entre os instrumentos mais conhecidos para a avaliação do QI. Levando-se em consideração a aplicação dos subtestes, podemos dizer que, quando o sujeito atinge o número de fracassos previstos, devemos:</p> <p>(A) administrar mais alguns itens, ainda que o sucesso nestes não possa ser computado para o cálculo do QI.</p> <p>(B) orientar o sujeito que preste maior atenção na atividade proposta.</p> <p>(C) administrar imediatamente outro subteste.</p> <p>(D) interromper a aplicação e propor materiais gráficos ou que causem menor ansiedade.</p> <p>(E) deixar de aplicar subtestes ligados àquela modalidade.</p>	<p>11. No psicodiagnóstico clínico, a linguagem gráfica e a lúdica são valorizadas na avaliação diagnóstica porque</p> <p>(A) oferecem uma avaliação completa e sempre dispensam a aplicação de outros materiais.</p> <p>(B) são de alto impacto quando apresentadas para indivíduos sem escolaridade.</p> <p>(C) estão mais próximas das situações que envolvem o complexo edipiano.</p> <p>(D) são de alto impacto para aquelas crianças diferenciadas culturalmente.</p> <p>(E) estão mais próximas do inconsciente e do ego corporal.</p>
<p>8. As escalas de Quociente de Inteligência produzidas pela aplicação do WISC-III, podem ser organizadas enquanto QI</p> <p>(A) Prático; Fatorial e Quantitativo.</p> <p>(B) Oral; Aritmético e Total.</p> <p>(C) Verbal; de Execução e Total.</p> <p>(D) Perceptual; de Processamento e Parcial.</p> <p>(E) de Vocabulário; Aritmético e Qualitativo.</p>	<p>12. A teoria da entrevista foi enormemente influenciada por conhecimentos provenientes da psicanálise, da Gestalt, da topologia e do behaviorismo. A Gestalt</p> <p>(A) levou a delinear e reconhecer o campo psicológico e suas leis, assim como o enfoque situacional.</p> <p>(B) influenciou com o conhecimento da dimensão inconsciente do comportamento, da transferência e da contratransferência, da resistência e a repressão, da projeção e a introjeção.</p> <p>(C) reforçou a compreensão da entrevista como um todo no qual o entrevistador é um de seus integrantes, considerando o comportamento deste como um dos elementos da totalidade.</p> <p>(D) influenciou com a importância da observação do comportamento.</p> <p>(E) conduziu à possibilidade de realizar a entrevista em condições metodológicas mais restritas, convertendo-a em instrumento científico no qual a "arte da entrevista" foi reduzida em função de uma sistematização das variáveis.</p>
<p>9. Há fatores não-cognitivos que podem aumentar ou diminuir o desempenho no WAIS-III. Como fatores que podem aumentar o desempenho, podemos citar, entre outros:</p> <p>(A) ansiedade, superficialidade e pressão do tempo.</p> <p>(B) obsessividade para detalhes, perfeccionismo e flexibilidade do raciocínio.</p> <p>(C) juízo crítico, raciocínio indutivo e estado depressivo.</p> <p>(D) impulsividade, minimização da importância das regras e lentidão de raciocínio.</p> <p>(E) compulsividade, rapidez e pressão do tempo.</p>	<p>13. A autora que desenvolveu amplamente em nosso meio a posição kleiniana e que afirma que durante a primeira hora de jogo ou primeira vez de hora de jogo diagnóstico, a criança expressa as suas fantasias de doença e cura foi</p> <p>(A) Arminda Aberastury.</p> <p>(B) M. Baranger.</p> <p>(C) Françoise Dolto.</p> <p>(D) Maud Mannoni.</p> <p>(E) D. W. Winnicott.</p>
<p>10. O uso do psicodiagnóstico constituiu-se em um interjogo de circunstâncias conjugando práticas e teorias diversas. O psicólogo atuante nas instituições deve</p> <p>(A) evitar questionamentos, análises e intervenções nas instituições em que se inserir para realizar o trabalho psicodiagnóstico, uma vez que sua entrada é sempre pontual e está desvinculada da natureza das demandas institucionais.</p> <p>(B) valorizar a utilização dos testes psicológicos, já que são a única prática exclusiva da profissão e se não utilizados poderão ser banalizados por outras áreas profissionais.</p> <p>(C) aplicar o mesmo raciocínio utilizado para o psicodiagnóstico clínico ao psicodiagnóstico solicitado pela instituição, independentemente da natureza desta.</p> <p>(D) desvincular o setor de triagem do setor que realiza psicodiagnóstico, uma vez que o profissional experiente poderá suprir os elementos trazidos por essas equipes de triagem e desburocratizar o trabalho desejado pela instituição.</p> <p>(E) considerar que a possibilidade de mudanças para a melhor adequação do emprego do psicodiagnóstico em instituições deve ser focalizada como parte de um conjunto que envolve o trabalho institucional.</p>	<p>14. Dentre as alternativas abaixo, o papel do psicólogo na entrevista lúdica é vivenciar</p> <p>(A) uns elementos contra-transferenciais e entender apenas os fatores psicopatológicos que configuram a queixa familiar.</p> <p>(B) uma experiência pré-moldada pelo psicólogo, já que ele necessita organizar e prever todos os passos que deverão transcorrer quando estiver com a criança.</p> <p>(C) uma experiência que deve ser tomada pelo psicólogo como útil para traçar planos de abordagem com a equipe interdisciplinar.</p> <p>(D) uma experiência nova, tanto para o psicólogo como para a criança, em que se refletirá o estabelecimento de um vínculo transferencial breve.</p> <p>(E) uma autonomia de procedimentos clínicos, já que não há materiais a serem apresentados para a criança.</p>

<p>15. Ao falarmos que o diagnóstico envolvendo abusos não tem apenas finalidade terapêutica, mas também coleta de evidências para fins judiciais, queremos dizer que:</p> <p>(A) o relato da criança poderá ser dispensado, uma vez que ouve a oitiva pelo psicólogo.</p> <p>(B) a criança poderá ser solicitada a relatar os fatos da forma mais clara possível.</p> <p>(C) a avaliação da criança após o relato do abuso deverá ser legitimada por psiquiatra.</p> <p>(D) os pais deverão receber a aplicação de Medida de Segurança.</p> <p>(E) a criança e o suposto abusador deverão sofrer acareação de suas colocações.</p>	<p>18. O Juiz determinará estudo pericial de um caso quando</p> <p>(A) não possuir o tempo necessário para se debruçar sobre a matéria.</p> <p>(B) a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.</p> <p>(C) conhecer as partes e necessitar não se envolver pessoalmente com a avaliação da prova.</p> <p>(D) necessitar melhorar o fluxo de processos em seu cartório.</p> <p>(E) necessitar ouvir crianças com dificuldade de expressão dos sentimentos.</p>
<p>16. A partir de 1973, com as mudanças no Código de Processo Civil, a perícia passou a ser realizada por um perito nomeado pelo juiz e de exclusiva confiança deste, ainda que as partes pudessem arguir suspeição de sua parcialidade e requererem substituição. Assim, no momento da nomeação do perito (art. 421), fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias para que as partes possam indicar seus assistentes técnicos e apresentar quesitos. Novas mudanças foram realizadas a partir da Lei nº 8.455 (1992), com o objetivo de distinguir de forma mais evidente o trabalho do perito oficial, como auxiliar do juiz e do assistente técnico, como de confiança das partes litigantes. Com esta mudança:</p> <p>(A) instituiu-se o laudo pericial único, elaborado pelo perito de confiança do juiz, cabendo aos assistentes técnicos o trabalho de comentá-lo, através da exposição de suas divergências e concordâncias, em um parecer crítico.</p> <p>(B) estabeleceu-se a necessidade do conhecimento do conteúdo do laudo por parte dos assistentes técnicos, antes de ser entregue em juízo.</p> <p>(C) o perito passa a realizar seu trabalho dependendo da opinião do assistente técnico também, enquanto cabe ao perito a atividade posterior de crítica do laudo finalizado.</p> <p>(D) os assistentes técnicos devem também elaborar seus próprios laudos a serem entregues ao juiz, anexados ao do perito.</p> <p>(E) criou-se uma equipe de trabalho em que o perito possa também ser de confiança das partes e o assistente técnico ser de confiança do juiz, sujeito a impedimento e suspeição, tendo a responsabilidade de elaboração do laudo.</p>	<p>19. O Sr. Marcelo possui a guarda de seu filho Tales, mas, entra com ação judicial para suspender as visitas da ex-mulher em relação ao filho. Em suas alegações, afirma que o atual namorado da genitora é pessoa desequilibrada e pouco preparada para estar em contato com uma criança de 5 anos de idade. Vilma, a genitora, inconformada, alega que Marcelo está, na verdade, agindo deste modo motivado por ciúmes do seu atual relacionamento. Como estratégia para avaliar esse caso, levando ao juiz uma análise de cunho pericial, o psicólogo poderia</p> <p>(A) aplicar testes gráficos na criança e no atual namorado da genitora, com o intuito de comparar a veracidade das informações trazidas por um e outro genitor.</p> <p>(B) focar-se apenas na análise da criança, uma vez que as colocações que a criança relata ao pai podem ser fantasiosas.</p> <p>(C) focar-se apenas no estudo do casal de pais, uma vez que as colocações devem ser analisadas sob a óptica do casal parental.</p> <p>(D) observar a criança e os pais conjuntamente, valorizando o espaço e a interlocução familiar construída.</p> <p>(E) entrevistar todos os principais envolvidos com a questão e aplicar materiais diagnósticos que o assegurem sobre possíveis distorções nos discursos manifestos.</p>
<p>17. Em se tratando das avaliações realizadas pelo psicólogo no contexto judiciário, a adequação dos instrumentos na situação judiciária está relacionada</p> <p>(A) à natureza científica das questões; grau de aceitação dos indivíduos em participarem da avaliação; tempo disponível pelas partes; interesse pessoal do profissional.</p> <p>(B) às previsões da Constituição Federal; artigos do Código de Ética; grau e interesse despertado pela matéria; número de elementos da família a ser analisada.</p> <p>(C) às previsões do ECA; postulados do Código de Processo Civil; tempo disponível para o estudo e flexibilidade de horários das partes.</p> <p>(D) à natureza do processo judicial; natureza e gravidade das questões; tempo e livre escolha do profissional.</p> <p>(E) ao número de casos existentes no cartório; previsões do ECA; interesse científico da ação.</p>	<p>20. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 130, dispõe que verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar,</p> <p>(A) encaminhamento do agressor a tratamento psicológico ou psiquiátrico.</p> <p>(B) o afastamento do menor da moradia comum.</p> <p>(C) o afastamento do agressor da moradia comum.</p> <p>(D) a perda da guarda.</p> <p>(E) a advertência ou suspensão do pátrio poder.</p>

<p>21. As crianças que sofreram abuso sexual freqüentemente são obrigadas a não revelar para ninguém dentro da família ou fora dela. Entretanto, em casos de prolongado abuso da criança dentro do contexto familiar, a criança tenta comunicar o abuso a alguém dentro ou fora da família. As crianças mentem sobre o abuso sexual porque estão com medo de</p> <p>(A) serem responsabilizadas pelos adultos, em geral.                  (B) perder o amor dos colegas.                  (C) serem castigadas, não acreditadas e não protegidas.                  (D) serem acusadas pela equipe multiprofissional de não saberem manter segredos.                  (E) passar vergonha diante das demais pessoas.</p>	<p>25. Da mesma forma como nas psicoterapias individuais, também as grupoterapias podem funcionar psicanaliticamente com uma finalidade voltada ao <i>insight</i> destinado a mudanças</p> <p>(A) organo-socio-psicológicas.                  (B) do humor.                  (C) de opinião.                  (D) de cultura.                  (E) caracterológicas.</p>
<p>22. Estudiosos das situações que envolvem o abuso sexual infantil mencionam a utilização da Câmara de Gessel para a escuta das crianças, ou seja, de salas com vidro espelhado, com filmagem em vídeo ou áudio direto. O objetivo desse dispositivo em relação à criança seria</p> <p>(A) conferir maior transparência ao destino dado ao dinheiro público.                  (B) conferir maior celeridade ao processo.                  (C) garantir o bem-estar da autoridade julgadora.                  (D) garantir a proteção da criança, para que ela não seja revitimizada.                  (E) garantir que o suposto abusador seja avaliado psicodinamicamente.</p>	<p>26. O trabalho do psicólogo na organização pode ser desenvolvido em várias abordagens. Na concepção em que o psicólogo como profissional deve passar da atividade psicoterápica (doente e cura) à da psico-higiene (população sadia e promoção de saúde), o psicólogo institucional</p> <p>(A) somente como funcionário da empresa poderá conhecer a instituição por dentro como realmente é e conseguirá projetar sua tarefa em função de seu próprio diagnóstico e não em função do que lhe quiser determinar a direção ou outros técnicos.                  (B) poderá ter um vínculo financeiro com a instituição, por contrato de trabalho, desde que garanta uma autonomia profissional, para que os trabalhos não sejam prejudicados.                  (C) deverá garantir um bom manejo técnico das situações que venham a se desenhar desde os primeiros contatos com o grupo que solicita a intervenção até o curso final do trabalho, não importando o tipo de contrato financeiro estabelecido com a empresa.                  (D) não poderá ser por contrato de trabalho, um empregado, mas sim, um assessor ou consultor.                  (E) é um assessor ou consultor e empregado, sendo a tarefa que concerne à psicologia institucional realizada em situação de empregado.</p>
<p>23. Segundo o <i>Manual de Elaboração de Documentos Decorrentes de Avaliações Psicológicas</i> (Resolução CFP nº 007/2003), a modalidade de documento fundamentado e resumido sobre uma questão focal do campo psicológico cujo resultado pode ser indicativo ou conclusivo é</p> <p>(A) o parecer.                  (B) o laudo.                  (C) o atestado.                  (D) a declaração.                  (E) o relatório psicológico.</p>	<p>27. Estudiosos da área da psicologia organizacional afirmam que é necessário aprender a motivar os outros, enquanto outros acreditam que ninguém pode jamais motivar quem quer que seja. No primeiro caso pressupõe-se que a força que conduz ao comportamento motivado está fora da pessoa, quer dizer, nasce de fatores extrínsecos que são, de certa forma, soberanos e alheios à vontade dela. No segundo caso subjaz a crença de que</p> <p>(A) esse processo se origina nas carências externas que predispõe o indivíduo a um comportamento de busca que tem por finalidade satisfazê-las.                  (B) o ser humano não traz em si seu potencial e a fonte de origem do seu comportamento motivacional.                  (C) a motivação não é algo interno a cada um.                  (D) a motivação não nasce das necessidades intrínsecas, encontrando sua fonte de energia na razão e não nas emoções.                  (E) as ações humanas são espontâneas e gratuitas uma vez que têm suas origens nas impulsões interiores.</p>
<p>24. Um grupo, seja de natureza operativa ou terapêutica, caracteriza-se por algumas condições básicas mínimas. Por exemplo:</p> <p>(A) um grupo soma indivíduos de experiências distintas que decidem por um enquadre (<i>setting</i>) e o cumprimento das combinações nele feitas, com ou sem a concordância de seu coordenador.                  (B) um grupo não é um mero somatório de indivíduos, pelo contrário, ele se constitui como nova entidade, com leis e mecanismos próprios específicos.                  (C) um grupo não precisa ter objetivos claramente definidos, necessariamente, apenas deve levar em conta a preservação do espaço (os dias e o local das reuniões) e do tempo (horário, tempo de duração das reuniões, plano de férias etc.).                  (D) o grupo não é uma unidade que se comporta como uma totalidade, mas nele, também as especificidades de seus membros não devem ser sempre consideradas, pois perturbaria o acompanhamento conjunto.                  (E) a coexistência de duas forças confluentes ou consoantes, permanentemente em jogo: uma tendente à sua coesão e a outra, à sua desintegração.</p>	

28. Segundo o Art. 2º do Código de Ética Profissional do psicólogo, ao psicólogo é vedado:

- (A) induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais.
- (B) prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, podendo visar benefício pessoal.
- (C) orientar a quem de direito sobre os encaminhamentos apropriados, a partir da prestação de serviços psicológicos, mas sem fornecer os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho, se solicitados, por serem do entendimento do psicólogo.
- (D) estabelecer acordos de prestação de serviços que respeitem os direitos do usuário ou beneficiário de serviços de Psicologia, mas podendo desrespeitá-los, quando houver solicitação judicial para fazê-lo.
- (E) sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que os assumiu inicialmente, deixando o cliente à vontade para uma nova escolha e fornecendo ao seu substituto as informações colhidas, apenas se necessário.

29. O Código de Ética Profissional do psicólogo considera que um dos princípios fundamentais é que o psicólogo baseie o seu trabalho no respeito e na promoção da

- (A) responsabilidade social, difundindo valores políticos éticos e garantindo o exercício da cidadania, indicados no Código Civil Brasileiro.
- (B) saúde física e mental, da integridade nas relações sociais, apoiado nos princípios apresentados no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (C) liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- (D) livre expressão de pensamento, das emoções vinculadas à experiência, respeitando os direitos do cliente como sujeito.
- (E) saúde psíquica, promovendo a desinstitucionalização psiquiátrica e a reintegração social na comunidade, respeitando os critérios estabelecidos, através do DSM-IV.

30. O Código de Ética do psicólogo pode deixar de ser um instrumento eficiente, quando o profissional

- (A) teme quebrar o sigilo e mantém o silêncio em casos de violência contra a criança ou o adolescente.
- (B) apresenta uma fatura após o término do tratamento de seu cliente.
- (C) mantém-se em dia com o pagamento do CRP – Conselho Regional de Psicologia – ainda que não esteja exercendo a profissão.
- (D) coloca seus serviços à disposição do menor impúbere ou interdito.
- (E) valoriza as graves conseqüências para a criança maltratada e para terceiros envolvidos.

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Atenção:** As questões de números 31 a 40 referem-se ao texto que segue.

**Beethoven e a tartaruga**

*A biologia estuda todos os seres vivos e não explica a origem mesma da vida, nem parece que a isso se devota: restringe-se (e não é pouca coisa) à descrição e à compreensão dos processos vitais, seja de um protozoário, da máquina humana ou de outras espécies. Talvez por isso aquele jovem biólogo, que conheço desde que nasceu, nunca deixe de me fazer sérias advertências quando lhe falo do “diferencial” humano. Ainda outro dia manifestava eu a convicção de que Beethoven é infinitamente superior a uma tartaruga, e a réplica veio na hora: “Superior em quê?” Perguntei-lhe se ele já havia se comovido com alguma sinfonia composta por um ovíparo de carapaça, e ele contra-atacou querendo saber quantos ovos Beethoven seria capaz de botar numa única noite. Ponderei que compor uma sinfonia é tarefa indiscutivelmente mais complexa do que ovular, mas aí percebi que caíra na armadilha do jovem biólogo: no plano da natureza não funciona o juízo de valor. Disse-lhe isso, para me antecipar a ele, e busquei triunfar: “Pois é, o juízo de valor é uma propriedade exclusivamente humana!” Novo contra-ataque: “Você já foi uma tartaruga, um símio, uma planta carnívora, para ter tanta certeza?”*

*E a conversa prosseguiu nesse compasso, tentando eu me valer de conceitos como “espiritualidade”, “consciência de si”, “livre-arbítrio”, “subjetividade”, “capacidade crítica” e coisas que tais, ao que ele se contrapunha descrevendo a fotossíntese, o mimetismo dos camaleões, as táticas de sobrevivência dos parasitas etc. etc. Ao fim da discussão, parecíamos empacados: ele não me convencera de que um dromedário pudesse vir a desenvolver aguda sensibilidade para a pintura, e eu não o demovera da idéia de que o homem é um ser tão natural como um antúrio, que também nasce, vive e morre. Para não perder em definitivo a autoridade, sugeri ainda que o vinho que eu lhe oferecera, e que estávamos bebendo tão prazerosamente, não apenas ditava o rumo da nossa conversa como propiciava um deleite físico e espiritual de que seria incapaz uma borboleta. Ao que ele retrucou: “Quantas vezes você já foi uma lagarta?”*

*Achei melhor ir dormir. Dormir, sonhar talvez... (A propósito: com o que será que costumam sonhar as bactérias?)*

(Nicolau Ramasco, inédito)

31. A divergência essencial entre os interlocutores representados no texto acima diz respeito à

- (A) definição dos objetivos científicos e passos metodológicos da biologia.
- (B) pretendida superioridade de uma espécie sobre todas as outras.
- (C) discutível equivalência de habilidades motoras entre as espécies.
- (D) classificação das espécies segundo sua capacidade de expressão.
- (E) problemática distinção entre os diferentes seres de uma mesma espécie.

<p>32. Na frase <i>Talvez <u>por isso</u> aquele jovem biólogo (...) nunca deixa de me fazer sérias advertências quando lhe falo do "diferencial humano"</i>, a expressão sublinhada refere-se ao fato de que a biologia</p> <p>(A) não se propõe a explicar a origem mesma da vida.          (B) ocupa-se de estudar tão-somente os seres vivos.          (C) analisa com isenção todos os processos vitais.          (D) restringe a compreensão da máquina humana.          (E) promove uma hierarquização das espécies.</p>	<p>36. Ao que ele retrucou: <i>"Quantas vezes você já foi uma lagarta?"</i></p> <p>Transpondo-se o segmento acima para o discurso indireto, ele deverá ficar:</p> <p>(A) Ao que ele retrucou com quantas vezes você já terá sido uma lagarta?          (B) Ao que ele retrucou-me, perguntando quantas vezes haverei de ser uma lagarta.          (C) Ao que ele retrucou que queria saber quantas vezes fora uma lagarta?          (D) Ao que ele retrucou, perguntando-me quantas vezes eu já fora uma lagarta.          (E) Ao que ele retrucou como se eu já tivesse sido tantas vezes uma lagarta.</p>
<p>33. No segundo parágrafo, os interlocutores estabelecem um confronto entre seres caracterizados, de um lado,</p> <p>(A) pela capacidade de interiorização, e, de outro, pela ativação de mecanismos naturais.          (B) pelo domínio dos atributos físicos, e, de outro, pelas manifestações dos instintos.          (C) pela busca das virtudes morais, e, de outro, pelo intento de comunicação artística.          (D) pela superioridade diante da natureza, e, de outro, pela capacidade de improvisar linguagens.          (E) pela atilada consciência de si, e, de outro, pela variedade de formas de expressão.</p>	<p>37. Em respeito às normas de concordância, deve-se <b>corrigir</b> uma forma verbal da seguinte frase:</p> <p>(A) Deve-se estender a todos os seres vivos a mesma objetividade de análise, quando se trata de descrever e compreender seus processos vitais.          (B) Deve-se às agudas divergências entre os interlocutores o fato de ambos buscarem exemplos extremos para a sua argumentação.          (C) Os tantos ovos que é capaz de botar uma tartaruga são lembrados em contraposição aos dotes musicais que se reconhecem num Beethoven.          (D) Fossem os sonhos uma propriedade comum das bactérias, estaria enfraquecido um dos argumentos em favor do "diferencial" humano.          (E) Cada um dos interlocutores busca fazer corresponderem aos argumentos do outro uma ponderação em sentido inteiramente contrário.</p>
<p>34. Atente para as seguintes afirmações:</p> <p>I. O interlocutor que defende a existência de um "diferencial" humano admite que os juízos de valor não se aplicam ao plano da natureza.</p> <p>II. A expressão <i>aguda sensibilidade</i> participa da argumentação que se apóia em conceitos como <i>"espiritualidade"</i> e <i>"subjetividade"</i>.</p> <p>III. No final do texto, a frase interrogativa deixa claro que um dos interlocutores se rendeu aos inapeláveis argumentos do outro.</p> <p>Em relação ao texto, está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e III.          (B) I e II, apenas.          (C) II e III, apenas.          (D) I e III, apenas.          (E) II, apenas.</p>	<p>38. Na abertura do segundo parágrafo, o segmento <i>E a conversa prosseguiu nesse compasso</i> ressalta o fato de que o andamento do diálogo se dava conforme indica o paralelismo sintático das formas</p> <p>(A) <i>tentando eu / ele (...) descrevendo.</i>          (B) <i>me valer / coisas que tais.</i>          (C) <i>se contrapunha / descrevendo.</i>          (D) <i>me valer / tentando eu.</i>          (E) <i>se contrapunha / táticas de sobrevivência.</i></p>
<p>35. (...) o vinho (...) propiciava um deleite físico e espiritual <u>de que seria incapaz uma borboleta.</u></p> <p>O elemento sublinhado no segmento acima deve ser mantido caso se substitua <i>incapaz</i> por</p> <p>(A) indiferente.          (B) insensível.          (C) inepta.          (D) imprópria.          (E) desprovida.</p>	<p>39. <i>A biologia estuda todos os seres vivos e não explica a origem mesma da vida, nem parece que a isso se devota (...).</i></p> <p>Está clara e correta, além de coerente com a afirmação acima, a redação desta frase:</p> <p>(A) Uma vez que não explica a origem mesma da vida, conquanto nisso não se empenhe, a biologia estuda todos os seres vivos.          (B) Ao não se devotar na explicação da origem da vida, nem por isso deixa a biologia de estudar todos os seres vivos.          (C) Não se ocupa a biologia em explicar a origem mesma da vida, mas em estudar todos os seres vivos.          (D) A biologia não explica a origem mesma da vida, haja visto que nisto nem se empenhe, mas a estudar todos os seres vivos.          (E) Mesmo que não se atendo à origem da vida em si, todos os seres vivos são estudados pela biologia.</p>

40. São exemplos de uma mesma função sintática os elementos sublinhados em:

- (A) A biologia estuda todos os seres vivos e não explica a origem mesma da vida (...)
- (B) Ainda outro dia manifestava eu a convicção de que Beethoven é infinitamente superior a uma tartaruga (...)
- (C) Ao fim da discussão, parecíamos empatados (...)
- (D) Para não perder em definitivo a autoridade, sugeri ainda que o vinho que eu lhe oferecera (...)
- (E) O vinho (...) propiciava um deleite físico e espiritual de que seria incapaz uma borboleta.

**Atenção:** As questões de números 41 a 46 referem-se ao texto que segue.

**Perversão da Aufklärung\***

Os países da América Latina realizaram a sua independência política sob o influxo da Ilustração. Os seus promotores assumiram alguns princípios desta, que atuaram como fator de unidade dentro da grande diversidade das culturas existentes entre o México e a Terra do Fogo. Um desses princípios pode ser expresso por meio das seguintes proposições: 1) o saber trará a felicidade dos povos; 2) este saber é aquele que veio da Europa, trazido pelo colonizador; 3) os detentores deste saber formam uma elite que deve orientar o destino das jovens nações.

A principal consequência foi a idéia de que o saber seria difundido entre todos, a partir das luzes de uns poucos. Esta era a missão das elites, como se elas dissessem: “Devemos possuir os instrumentos do poder, porque sabemos, e como sabemos, levaremos os outros ao saber, que é a felicidade. Confiam em nós.”

Mas essas convicções e atitudes de cunho acentuadamente ideológico tiveram, ao contrário, a consequência de fechar e restringir a iniciação na cultura intelectual, bem como o seu uso social e político. De ideal **ilustrado**, teoricamente universal e altruísta, ele se tornou em boa parte um saber de classe e de grupo, um instrumento de dominação que serviu por sua vez para segregar o povo e mantê-lo em condição inferior pela privação do saber.

(Antonio Candido, **Textos de intervenção**)

\* **Aufklärung**: termo alemão que designa a **Ilustração**, movimento intelectual do século XVIII, caracterizado pela centralidade do conhecimento racional e da idéia de progresso.

41. Considerando-se o sentido geral do texto, a expressão que lhe serve de título – **Perversão da Aufklärung** – refere-se, precisamente, à

- (A) motivação perversa dos princípios filosóficos adotados e divulgados pelos mentores da Ilustração.
- (B) degeneração dos ideais universalistas da Ilustração em instrumento de poder de uma classe particular.
- (C) crise política da América Latina que sobreveio aos movimentos libertários precocemente deflagrados.
- (D) tendência dos filósofos ilustrados de transformarem princípios políticos em proposições culturais.
- (E) ideologia de um movimento político que se determinou a difundir amplamente os princípios da Ilustração.

42. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, as proposições enumeradas dão especificidade a um dos princípios da Ilustração.
- II. Ao interpretar a *missão das elites*, o autor do texto faz ver que elas já se reconheciam como detentoras de um saber e de um poder.
- III. O alegado altruísmo dos princípios ilustrados veio a dar, de fato, na submissão política e cultural das classes populares.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) II, somente.

43. Os elementos sublinhados em

- (A) Os seus promotores assumiram alguns princípios desta (...) referem-se, ambos, ao termo Ilustração.
- (B) (...) atuaram como fator de unidade dentro da grande diversidade das culturas (...) são empregados com significação equivalente.
- (C) (...) porque sabemos, e como sabemos, levaremos os outros ao saber (...) são, respectivamente, exemplos de transitividade e intransitividade verbal.
- (D) De ideal **ilustrado**, teoricamente universal e altruísta (...) mantém entre si uma relação antitética.
- (E) (...) segregar o povo e mantê-lo em condição inferior (...) exprimem ações consecutivas.



44. Está plenamente adequada a pontuação do seguinte comentário sobre o texto:

- (A) Antonio Candido, um crítico que não despreza os ideais ilustrados lamenta que estes sejam tomados, para justificar a predominância de uma classe.
- (B) O amplamente difundido conceito de *elite*, vem tomando, como se sabe, as mais diferentes acepções dependendo de quem o utiliza.
- (C) A Ilustração – esse movimento que tantas consequências acarretou, é ainda hoje, inspiradora de ideais e álibi para a dominação política.
- (D) Princípios altruístas são, obviamente, louváveis; a questão é que podem ser invocados, aqui e ali, para dissimular operações abomináveis.
- (E) As grandes instituições culturais – em plena modernidade – promovem os ideais ilustrados: mas agem como sempre agiram em função do poder.

45. As proposições discriminadas no primeiro parágrafo estão reunidas, de forma sintética, correta e coerente, no seguinte período:

- (A) Os detentores do saber europeu, que implica na felicidade dos povos, constituem uma elite a quem cabe destinar positivamente às jovens nações.
- (B) Aos detentores do saber trazido da Europa para proporcionar felicidade aos povos cabe encaminhar as jovens nações ao seu melhor destino.
- (C) Para orientar as jovens nações, o saber das elites torna-se imprescindível enquanto meio de acarretar a felicidade ao destino destes povos.
- (D) Vindo da Europa com o colonizador, o saber das elites constitui um instrumento para dirimir o feliz destino dos povos das jovens nações.
- (E) Que as elites desse saber que traz a felicidade dos povos, saibam valer-se do legado europeu no sentido de imprimir um destino às jovens nações.

46. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:

- (A) Uma vez disseminada a idéia de que o saber traz a felicidade aos povos, as elites não haviam hesitado em manipular o poder.
- (B) Os ideais que prosperaram na Ilustração haveriam de ser utilizados para que os povos da América Latina tivessem alcançado sua independência.
- (C) Alguns princípios da Ilustração foram assumidos no processo político que tornou independentes países que viviam diferentes experiências culturais.
- (D) Cultivando promessas que não tencionavam cumprir, as elites passariam a deter o poder do qual o povo será afastado.
- (E) Embora fossem altruístas os ideais ilustrados, as elites manipularam-nos para que o povo não tenha tido acesso ao saber e ao poder.

**LEGISLAÇÃO**

47. Considerando os limites e restrições aos direitos fundamentais, analise:

- I. Restrição consistente em limitações não previstas expressamente no texto constitucional, a exemplo de situações relacionadas ao direito de greve, cujo estabelecimento é reconhecido como legítimo em razão da necessidade da resolução de conflitos de direitos e bens.
- II. Restrição a direito fundamental, a exemplo do sigilo de correspondência e comunicações, quando a Constituição, além de exigir que a restrição seja prevista em lei, estabelece também, as condições ou os fins que devem ser seguidos pela norma legal restritiva.

Referidas restrições denominam-se na doutrina, respectivamente, de

- (A) imanente e legais qualificadas.
- (B) indiretas e legais simples.
- (C) imediatas e legais qualificadas.
- (D) legais simples e imanentes.
- (E) implícitas e diretas.

48. No que diz respeito à anulação e à revogação do ato administrativo, é correto afirmar:

- (A) Anulação é a declaração de invalidação de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal, feita pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário.
- (B) Em regra, a anulação do ato jurídico produz efeitos a partir da sua declaração, não retroagindo os seus efeitos.
- (C) O prazo para a Administração invalidar seus próprios atos, salvo se expressamente previsto em norma legal, é de três anos.
- (D) A Administração não pode revogar ato administrativo por conveniência ou oportunidade.
- (E) A revogação do ato administrativo opera efeitos *ex tunc*.

49. Sobre as licitações para execução de obras e para a prestação de serviços, é correto afirmar que:

- (A) as obras e os serviços poderão ser licitados mesmo quando não houver projeto básico aprovado, o qual deverá ser apresentado antes da assinatura do contrato.
- (B) é permitida a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades.
- (C) será computado como valor da obra ou serviço, para fins de julgamento das propostas de preços, a atualização monetária das obrigações de pagamento, desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento.
- (D) dentre outros requisitos, devem obedecer à seguinte seqüência: projeto básico; projeto executivo e execução das obras e serviços.
- (E) as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações até o final do contrato, mesmo que ultrapasse o exercício no qual está sendo licitado.

<p>50. Quanto ao cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, é certo que o controle externo será exercido pelo</p> <p>(A) Ministério do Planejamento, com o auxílio do Ministério Público.</p> <p>(B) Poder Judiciário, exclusivamente.</p> <p>(C) Ministério Público com o auxílio do Poder Judiciário.</p> <p>(D) Ministério da Fazenda, exclusivamente.</p> <p>(E) Poder Legislativo diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas.</p>	<p><b>INFORMÁTICA</b></p> <p>54. A modificação geral do símbolo de moeda de R\$ para \$, por exemplo, é feita no Windows XP (edição doméstica) a partir do acesso ao Pannel de controle no modo de exibição clássico, e, neste, a partir de</p> <p>(A) Opções regionais e de idioma.</p> <p>(B) Opções de acessibilidade.</p> <p>(C) Opções de pasta.</p> <p>(D) Sistema.</p> <p>(E) Ferramentas administrativas.</p>
<p>51. Em relação ao procedimento administrativo e ao processo judicial na Lei de Improbidade Administrativa, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) No processo judicial são vedadas transações, acordos e conciliações.</p> <p>(B) A representação visando à instauração de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade deve conter, dentre outros requisitos, a qualificação do representante.</p> <p>(C) As associações legalmente constituídas têm legitimidade para iniciar o processo judicial decorrente de ato de improbidade.</p> <p>(D) O Ministério Público, ou o Tribunal ou Conselho de Contas, tendo conhecimento do procedimento administrativo, poderá designar representante para acompanhá-lo.</p> <p>(E) No caso de a ação judicial ter sido proposta pelo Ministério Público, a pessoa jurídica interessada pode habilitar-se como litisconsorte.</p>	<p>55. No Windows XP (edição doméstica), estando na área de trabalho, a modificação dos Temas das Propriedades de Vídeo pode ser feita</p> <p>(A) clicando-se uma vez com o botão direito do mouse sobre essa área e, depois, em Propriedades.</p> <p>(B) clicando-se duas vezes com o botão esquerdo do mouse na Barra de tarefas e menu Iniciar.</p> <p>(C) clicando-se duas vezes com o botão direito do mouse na Barra de ferramentas.</p> <p>(D) clicando-se duas vezes com o botão esquerdo do mouse na Barra de rolagem.</p> <p>(E) clicando-se duas vezes com o botão esquerdo do mouse sobre essa área e, depois, em Propriedades.</p>
<p>52. Determinar as medidas necessárias à verificação da incapacidade física, mental ou moral dos membros e servidores do Ministério Público, bem como a instauração de sindicância ou processo administrativo para apurar as faltas funcionais dos servidores do Ministério Público, incluem-se na competência do</p> <p>(A) Corregedor-Geral do Ministério Público.</p> <p>(B) Procurador-Geral de Justiça.</p> <p>(C) Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.</p> <p>(D) Conselho Superior do Ministério Público.</p> <p>(E) Colégio de Procuradores de Justiça.</p>	<p>56. No Word XP caso seja solicitada a totalização simples de uma coluna contendo valores em uma tabela</p> <p>(A) deve-se necessariamente fazer o processo no Excel e depois copiar o resultado no Word.</p> <p>(B) é possível fazê-lo mediante o uso da opção Fórmula no menu Tabela.</p> <p>(C) a forma mais fácil de fazê-lo é usar a opção Total do menu Editar.</p> <p>(D) existem duas formas de fazê-lo pelo menu Tabela: opção Total ou opção Somar.</p> <p>(E) existe só uma forma de fazê-lo pelo menu Tabela que é a opção Total.</p>
<p>53. O funcionário público que solicita quantia em dinheiro para aprovar candidato a obtenção de carteira de motorista, comete crime de</p> <p>(A) concussão.</p> <p>(B) peculato.</p> <p>(C) corrupção passiva.</p> <p>(D) prevaricação.</p> <p>(E) corrupção ativa.</p>	

57. No Excel XP caso seja solicitado, por questões de dimensão, a inscrição do nome de uma coluna na diagonal, isso

- (A) não pode ser feito, devendo-se usar, após escolher Formatar Células na guia Alinhamento, a opção "Retorno automático de texto" para quebrá-lo em mais de uma linha.
- (B) não pode ser feito, devendo-se usar, após escolher Formatar Células na guia Alinhamento, a opção "Reduzir para ajustar" para fazê-lo caber na célula.
- (C) pode ser feito pelo Alinhamento na guia "Fonte" após escolher Formatar Células.
- (D) pode ser feito pela Orientação na guia "Alinhamento" após escolher Formatar Células.
- (E) deve ser feito no PowerPoint e depois transcrito para o Excel.

58. No PowerPoint XP para inserir um Botão de ação de Início em um *slide*

- (A) o melhor caminho a ser feito é escolher o menu Editar e depois a opção Colar botão.
- (B) deve-se primeiramente acionar o menu Ferramentas.
- (C) o melhor caminho a ser feito é escolher o menu Inserir e depois a opção Figura botão.
- (D) o melhor caminho a ser feito é escolher o menu Formatar e depois *Layout de slide*.
- (E) deve-se primeiramente acionar o menu Apresentações.

59. Dentre os comandos comuns de cliente FTP disponíveis ao usuário, a anexação do conteúdo de um arquivo local em um arquivo do *host* remoto é feita por

- (A) put/send.
- (B) prompt.
- (C) append.
- (D) mput.
- (E) mkdir.

60. O programa normalmente recebido em e-mail na forma de cartão virtual, álbum de fotos, protetor de tela, jogo, etc., que além de executar funções para as quais foi aparentemente projetado, também executa outras funções normalmente maliciosas e sem o conhecimento do usuário, é denominado

- (A) Hoax.
- (B) Worm.
- (C) Spam.
- (D) Cavalos de Tróia.
- (E) Pin.